

MINUTA:

Ata da 24ª (Vigésima quarta) Reunião Extraordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paraopeba.

Aos dias 22 do mês de setembro de 2021 as 9:00h através da plataforma Jitsi Meet aconteceu a 24ª Reunião Extraordinária do CBH do Rio Paraopeba. Deu início a reunião o Presidente Ednard Barbosa de Almeida, que agradeceu a presença de todos. Estiveram presentes nesta reunião os seguintes conselheiros: Ubaldina Maria da Costa Isaac - IBAMA, Marcos Eugênio Sampaio Rodrigues - EMATER-MG, Lauro Batista Tuler – IEF, Maria de Lourdes Amaral Nascimento - IGAM, Tenente Eduardo Moraes de Freitas - PMMG, Fúlvio Rodriguez Simão - EPAMIG, Carolina Lobello Lorensini - SEAPA, Leopoldo Ferreira Curi – ARMBH, Rosa Maria Cruz Laender Costa - FEAM, Ednard Barbosa de Almeida - Prefeitura Municipal de Betim, Leonardo Gomes Lara - Prefeitura Municipal de Betim, Rafaela Lages Lima - Prefeitura Municipal de Caetanópolis, Natália de Vasconcelos Soares Aleixo - Prefeitura Municipal de Jeceaba, Gabriel Maciel dos Reis - Ardósias Figueiredo & Almeida Ltda, Deivid Lucas de Oliveira - FIEMG, Gésica Carolina Teixeira da Silva - CEDRO TEXTIL, João Eustáquio Beraldo Teixeira - Petrobrás, Eriverton Martins do Carmo - Tear Têxtil Ind. e Com. Ltda, Guilherme da Silva Oliveira - FAEMG, Herlaine Silva - Belmont Agropecuária Ltda, Marcelo Alexandre Rodrigues de Matos - SINDIEXTRA, Sueila Pereira da Cruz - IBRAM, Filipe de Lorenzo Framil - Instituto Inhotim, Simone Alvarenga Borja Bottrel - ARCA AMASERRA, Gabriel Faria Nogueira – CREA-MG, Adilson Ramos de Souza – SINDÁGUA, Sérgio Gustavo Resende Leal - FONASC, Ronald Fleischer – ABRACE A SERRADA MOEDA, Winston Caetano de Souza - Veredas e Cerrados, José Antônio da Cunha Melo - ABES, Heleno Maia Santos Marques do Nascimento – IHMBio. O presidente deu início à sessão, com verificação de quórum. Após a verificação do quórum, que foi de 27 conselheiros. Em seguida o presidente Ednard colocou em votação a provação da ata da 23ª reunião extraordinária. Não havendo nenhuma manifestação para discussão, foi colocada em votação. Os conselheiros: Marcos Eugênio Sampaio Rodrigues, Filipe de Lorenzo Framil, Winston Caetano de Souza, Rosa Maria Cruz Laender Costa, Guilherme da Silva Oliveira e Natália de Vasconcelos Soares Aleixo, manifestaram abstenção, alegando que não estavam presentes na reunião anterior. Não havendo votos contrários a aprovação, a ata da 23ª reunião extraordinária do CBH do Rio Paraopeba, foi aprovada por maioria absoluta de votos. Em seguida o presidente Ednard apresentou o próximo ponto de pauta, que se tratava do pedido de vista feito do conselheiro Mauro da Costa Val, acerca das atas 57ª reunião ordinária e a da 58ª reunião ordinária, além da Deliberação Ad-Referendum 02/2021, que trata do Relatório de Atividades 2020 e Plano de Trabalho 2021. O presidente afirmou aos presentes na reunião, que o senhor Mauro da Costa Val não apresentou o relatório de seu pedido de vista, apresentando a todos ofício enviado pela instituição Veredas e Cerrados, a qual o senhor Mauro representava, solicitando sua substituição no rol de conselheiros deste comitê, lendo o ofício para todos os presentes. Diante dos fatos, o presidente deste comitê colocou em votação as atas e a deliberação; iniciando pela ata da 57ª reunião ordinária. Esta foi colocada em discussão e não havendo nenhuma manifestação, o presidente a colocou em votação a aprovação desta ata, sendo esta aprovada por maioria de votos, tendo apenas a abstenção do conselheiro Winston Caetano de Souza, justificando sua abstenção por não ter participado da referida reunião. Em seguida, o presidente do comitê, prosseguiu colocando em votação a ata da 58ª reunião ordinária. Esta foi colocada em discussão e não havendo nenhuma manifestação, o presidente a colocou em votação a aprovação desta ata, sendo esta aprovada por maioria de votos, tendo apenas a abstenção do conselheiro Winston Caetano de Souza, justificando sua abstenção por não ter participado da referida reunião. Seguindo a reunião, o presidente colocou em discussão e votação para referendar a Deliberação Ad-Referendum 02/2021, que trata do Relatório de Atividades 2020 e Plano de Trabalho 2021. Não havendo manifestações, a deliberação foi votada e aprovada por unanimidade. Prosseguindo com a reunião conforme sua pauta, o presidente Ednard colocou em votação o processo de outorga da ENGESP CONSTRUÇÕES EIRELI; o secretário do comitê, Heleno Maia Santos Marques do Nascimento, efetuou a leitura da

52 conclusão do parecer da CTIOAR para os presentes na reunião. Diante da conclusão do relatório da
53 CTIOAR e tendo em vista a recomendação da aprovação da outorga, o presidente Ednard colocou em
54 discussão o processo de outorga, mencionando a presença do Rafael, técnico do IGAM responsável,
55 e pelo senhor José Geraldo, representando o empreendimento. Não havendo manifestações ou
56 questionamentos, o presidente colocou em votação, sendo o processo de outorga aprovado por
57 unanimidade. O presidente Ednard agradeceu ao Rafael, aos membros da CTIOAR e ao José Geraldo,
58 representante do empreendimento, pelo empenho. Seguindo a pauta da reunião, no item IV, sobre a
59 apresentação e esclarecimento do conselheiro Winston Caetano de Souza, acerca certidão emitida à
60 instituição Pé de Urucum, o presidente Ednard abriu o tema pedindo ao secretário deste comitê, Heleno
61 Maia, que contextualizasse os fatos, para que aqueles que não estavam na reunião anterior pudessem
62 entender a questão. O secretário do comitê, após cumprimentar aos presentes, afirmou que lhe
63 causou estranheza, numa reunião do CBH São Francisco, onde ele presenciou uma certidão emitida
64 pelo CBH Paraopeba referente a atividades feitas pelo Instituto Pé de Urucum, ao CBH Paraopeba.
65 Atividades que, afirmou, desconhecer. Destacando que questionou, na última reunião, alguns
66 conselheiros, questionando se algum se lembrava, perguntou se alguém conhecia o senhor Rogério
67 Sepúlveda, e que todos disseram que não o conhecia e que não tinham conhecimento de quaisquer
68 atividades executadas para o comitê do Paraopeba. Sendo assim, foi oficiado ao ex-presidente, agora
69 conselheiro, Winston Caetano, para apresentar justificativas e apresentar o que foi feito, se realmente
70 esse instituto prestou algum serviço ao CBH Paraopeba. O secretário solicitou que essa apresentação
71 fosse bem detalhada, mas de forma sucinta, para demonstrar o que a Instituição Pé de Urucum prestou
72 de serviços ao CBH Paraopeba. Declarou que espera não ser esta a intenção, mas que ficou
73 parecendo que este documento foi feito apenas para beneficiar a entidade a participar do processo do
74 CBH São Francisco, mas que espera que o conselheiro, que é ex-presidente deste comitê, apresente
75 uma justificativa mais plausível, demonstrando que, de fato, este instituto prestou serviços a este
76 comitê. O conselheiro Winston Caetano de Souza, iniciou cumprimentando a todos os presentes, então
77 solicitou que alguém projetasse o atestado para todos na plenária. A leitura do referido documento foi
78 feita pelo secretário do comitê, Heleno Maia. O conselheiro, após agradecer pela leitura do documento,
79 esclareceu que este, como desde o início foi citado, trata-se de um pedido de apoio ao a presidência,
80 ressaltando que, quando era presidente, o atual secretário, Heleno Maia, não participava da diretoria,
81 que foi um apoio solicitado, na época quando era presidente, pois era um momento de muita
82 fragilidade, sem poder contar com o vice-presidente, destacando não ter na época um apoio, como
83 nos dias atuais, citando o auxiliar e suporte administrativo. Sendo assim, sem esse suporte e
84 secretariado, solicitou esse apoio ao senhor Rogério Sepúlveda, que o ajudou, destacando que foi feito
85 um trabalho muito importante, destacando que tudo o que foi feito, no período citado, foi feito com
86 ajuda dele (o senhor Rogério Sepúlveda), destacando mais uma vez não ter se quer apoio da
87 sociedade civil, que é o segmento que representa no comitê. Sendo este o motivo pelo qual solicitou
88 esse apoio. Declarou que, após esse período, o senhor Rogério Sepúlveda pediu esse documento, e
89 na posição de presidente do comitê, emitiu o referido atestado. Em seguida, solicitou que os presentes
90 conferissem o artigo 28, o qual diz que é competência da presidência no item *III - representar o Comitê
91 em todas as instâncias governamentais e perante a sociedade civil, assinar atas, ofícios e demais
92 documentos a ele referentes; e no item V - cumprir e fazer cumprir as normas vigentes relativas às
93 competências e funcionamento do respectivo comitê; VI - designar relatores para assuntos
94 específicos; VII - decidir casos de urgência ou inadiáveis, do interesse ou salvaguarda do Comitê, "Ad
95 Referendum" da plenária; XVI - delegar atribuições de sua competência; XVII - exercer outras
96 atividades correlatas que lhe forem conferidas.*, colocando-se à disposição da plenária caso esta tenha
97 mais questionamento, até mesmo em trazer documentação complementar, na próxima reunião, caso
98 se achar necessário, tendo alguns sendo encaminhados ao IGAM, ressaltando que tem tudo isso
99 relatado, afirmando que o trabalho foi feito e que naquele momento, se colocando à disposição e
100 sugerindo até que, caso seja necessário, ele apresente tudo, até mesmo se precisar, junto ao senhor
101 Rogério Sepúlveda, mencionando ter documentação embasando seu proceder. O Conselheiro Sérgio
102 Leal pediu a palavra, destacou que, junto ao senhor Rogério, procurou o Winston Caetano de Souza,
103 então presidente deste comitê, propondo ajuda, visto que este realmente estava precisando de um

104 apoio de secretariado, para elaboração de pautas e documentos para o comitê. Destacou que o comitê
105 precisa avançar nas questões referentes ao rompimento da barragem da VALE, em Brumadinho, na
106 época ele propôs a criação do Grupo de Trabalho, o então presidente Winston Caetano aceitou a
107 proposta, foi feita a minuta, foi feito o processo de convocação, depois teve o pedido de impugnação,
108 em que o conselheiro participou da elaboração da defesa. O conselheiro destacou que a declaração
109 demonstra que o atestado fala de apoio à presidência. O Secretário do comitê, Heleno Maia, pela
110 ordem, pediu a palavra. O secretário iniciou sua argumentação dizendo que, primeiramente que o
111 senhor Rogério Sepúlveda não participou do processo de criação do regimento interno, tendo em vista
112 que foi ele, Heleno Maia, o relator deste processo, destacando ter segurança e certeza do que estava
113 dizendo, argumentando debater outros assuntos, acerca do regimento interno, justamente em razão
114 de conhece-lo “como a palma de sua mão”, processo que se iniciou ainda na gestão da presidência do
115 Dennis Lott, finalizando na presidência do Winston Caetano, que assinou o regimento interno. Quanto
116 a atuação estratégica junto aos representantes da sociedade civil, este cidadão nunca participou de
117 nenhuma relação da sociedade civil do comitê do Paraopeba, conclamou os colegas de segmento
118 Gabriel, do CREA-MG, Adilson, do SINDÁGUA e José Antônio, assim como todos os membros da
119 sociedade civil, destacando não o conhecer. Quanto ao mencionado pelo conselheiro Sérgio Leal,
120 acerca do Grupo de Trabalho, discordou do que foi ponderado por dele mencionado e contextualizando
121 a criação do referido Grupo de Trabalho, afirmando que não houve idealização, nem mobilização desta
122 natureza para a criação do grupo; declarando que posteriormente houve a alteração da natureza de
123 grupo de trabalho, para câmara técnica. Destacando que não houve idealização por parte do
124 conselheiro Sergio Leal ou do senhor Rogério Sepúlveda, acerca da criação do grupo. Destacando
125 que pode ter ocorrido intervenção por parte destes posteriormente, junto ao Winston Caetano, mas
126 não da criação do grupo citado e que, em plenária, o tema foi discutido e conclui-se que deveria ser
127 criada uma câmara técnica, o que seria melhor para o comitê pois o grupo de trabalho tem um tempo
128 limitado para tratar a questão e a câmara técnica não. Apontou ainda uma outra situação no atestado,
129 que diz: “apoio ao planejamento visando articulação de políticas públicas relacionadas a recuperação
130 da bacia hidrográfica do Rio Paraopeba e ampliação da resiliência hídrica para região metropolitana
131 de Belo Horizonte, tendo em vista os efeitos causados pelas mudanças climáticas, em especial pelo
132 rompimento da barragem da VALE, no município de Brumadinho, em 25 de janeiro de 2019.” Em
133 seguida o secretário afirmou que participou de todas as reuniões, sem exceção de nenhuma, e não viu
134 “este cidadão”. Diante disso, desafiou qualquer um dos conselheiros que estavam presentes nesta
135 reunião, que apresentassem uma foto de uma reunião do comitê do Paraopeba e que “este cidadão”
136 estivesse presente. Anuiu em seguida dizendo que não iriam encontrar, por não ter. Por último,
137 repudiou críticas feitas pelo conselheiro Winston Caetano, referentes ao comitê, no que tange o
138 rompimento da barragem da Vale em Brumadinho, dizendo que o conselheiro não é uma pessoa que
139 pode criticar qualquer entidade ou conselheiro deste comitê ou a diretoria do comitê do Rio Paraopeba,
140 de omissão; acrescentando que ele sim foi omissor em relação a questão do rompimento da barragem,
141 que a atual diretoria tem lutado para que o comitê faça parte do programa *Progestão*, efetuando até
142 abertura de processos no SEI. Afirmando que ele permitiu que outro CBH tomasse a frente das
143 tratativas junto a imprensa, sem propriedade na fala, pois o CBH Velhas não participou em momento
144 algum das tratativas ou teve um laudo, ademais, anuiu, que eles se aproveitaram da fraqueza da
145 diretoria à época, para “assumir a responsabilidade” e “aparecer na mídia”, até com informações “as
146 vezes” desconhecidas, enquanto “nós estávamos fazendo pesquisas, análise das águas, necropsia
147 de peixes”, enquanto eles assumiam o protagonismo da situação. O secretário encerrou sua fala
148 dizendo que repudiava a crítica feita pelo conselheiro Winston Caetano, em relação a atual diretoria
149 deste comitê, pois essa crítica não será bem aceita e não será bem-vinda. O Conselheiro Sérgio Leal
150 pediu a palavra, esclareceu que o relatado pelo secretário Heleno Maia está correto, quanto a criação
151 do grupo, que esse grupo foi criado logo após o rompimento e que esse grupo, salvo engano, teve
152 apenas uma reunião e que o grupo tinha duração de apenas um ano. Argumentou que, quando foi
153 proposta a criação do GT, foi em função do vencimento do grupo, pois a deliberação estabelecia prazo
154 de um ano apenas e o grupo teve poucas reuniões e era composto basicamente por membros da
155 sociedade civil, ele não tinha dividido entre os demais segmentos, então foi proposta a criação de um

156 grupo de trabalho em 2020, um ano após o vencimento desse grupo. Sobre a participação do senhor
157 Rogério Sepúlveda, o conselheiro afirmou que ele esteve presente na última reunião plenária
158 presencial, que o Rômulo, que também é da Copasa, esteve presente; e que não pediu a palavra por
159 não ser conselheiro, e por fim, destacou que o atestado demonstra apoio a presidência do comitê,
160 somente isto. Que da mesma forma que o Rogério prestou apoio à presidência, ele também o fez.
161 Argumentou que existem provas acerca disso, desde e-mail e há várias coisas que ocorreram.
162 Voltando-se ao secretário do comitê, o conselheiro disse que, talvez o Rogerio não o tenha procurado,
163 mas que, com certeza, outros conselheiros da sociedade civil foram procurados. Anuiu que não iria
164 citar nomes, para não “jogar ninguém na fogueira”, e afirmou, que o Rogerio procurou outras pessoas,
165 como ele também procurou outras pessoas. Sobre o atestado, acrescentou que não se trata de algo
166 para o comitê, mas um apoio direcionado a presidência e que isso deve “ficar claro”, que esse foi um
167 serviço prestado e se declarou testemunha disso. O conselheiro Winston Caetano, pediu a palavra,
168 declarando que, diante do que foi falado, diante do que compete ao presidente do comitê, conforme
169 os artigos citados, e se os conselheiros acharem relevante prosseguirem com essa discussão, se
170 colocou à disposição, assim como o Rogério e o conselheiro Sérgio, que falou anteriormente. O
171 secretário do comitê, Heleno Maia, pediu a palavra. Ante ao exposto, e tendo em vista que não se
172 prova nada, solicitou a anulação deste atestado, argumentando que, em sua opinião, haja visto indício
173 de emissão irregular de documento público, que sendo um serviço de apoio prestado à presidência,
174 que não se deveria fazer um atestado em nome do comitê, pois o serviço não foi prestado ao comitê
175 mas sim à presidência; que diante disso o referido atestado seja anulado e que a entidade seja
176 comunicada da anulação deste documento, arguindo que tal procedimento tenha sido feito para que a
177 referida instituição tenha embasamento para validar a candidatura deste no comitê do São Francisco.
178 Ademais, do secretário destacou que ouviu o senhor Rogério Sepúlveda declarar que ajudou na
179 implementação da cobrança no CBH do Rio Paraopeba, o que lhe indignou haja visto que ainda não
180 havia sido implantada a cobrança neste CBH. Anuiu que o discurso do senhor Rogério mudou quando
181 se identificou como secretário do comitê, alegando em seguida ter entregue tudo pronto ao Winston,
182 mas que este não havia feito a implantação. O secretário demonstrou sua indignação com a situação.
183 Em sua manifestação, o conselheiro Gabriel Maciel dos Reis, demonstrou sua preocupação com o fato
184 de se haver muita discussão entorno de certos assuntos, como referência uso a reunião da CTPLAN
185 de 25 de outubro, a 3ª reunião da câmara. Em sua argumentação, o conselheiro questionou o fato de
186 que parece haver a preocupação em “brigar” com as pessoas e não de resolver as questões. Afirmou
187 concordando com o secretário, Heleno Maia, que se deve apurar os fatos para resolver as questões,
188 entretanto que há outros assuntos a serem resolvidos. Quanto a formação do GT, levou mais de uma
189 ano para ser formado, que é algo importante, que “estamos correndo atrás” e que ele gostaria que
190 todos tenham foco no que precisa ser resolvido e “parar com picuinha”, manifestou que torce para que
191 o presidente tome as rédeas da situação e citou como exemplo a gestão da CTPLAN, do conselheiro
192 Gabriel Nogueira, destacando que as coisas tem funcionado bem na câmara técnica. Quanto a questão
193 do apoio a presidência, na época ao conselheiro Winston, que o comitê “olhe para frente”, e declarou
194 “se tem que tomar providências, vamos tomar providências, mas estamos perdendo muito tempo com
195 isso.” O conselheiro José Antônio da Cunha Melo pediu a palavra, em sua manifestação declarou fatos
196 sobre a criação do referido grupo, havendo um documento que foi apresentado pelo conselheiro, então
197 presidente do CBH, Winston Caetano, o qual foi rejeitado pela plenária e que ele, Winston Caetano,
198 teve o apoio do senhor Rogério, considerando que houve assessoria na elaboração do grupo de
199 trabalho, o que o considera como positivo. Elucidou ainda seu posicionamento no sentido de que
200 concorda com a apuração, haja visto a questão precisar de mais esclarecimentos, mas que não vê a
201 necessidade de anulação do documento inexistindo base de juízo para tal. Destacou em sua fala que
202 o comitê não tinha realmente a estrutura que tem atualmente e que o presidente, o senhor Winston, à
203 época, necessitava de apoio. O secretário Heleno mais, pediu a palavra e contra argumentou o que
204 fora dito pelo conselheiro Gabriel Reis, dizendo não haver nenhum tipo de perseguição a nenhum
205 conselheiro e que não “estava de picuinha”, destacando que para não dividir a sociedade civil, à época,
206 decidiu abrir mão de ser o candidato à presidência, em favor do conselheiro Winston Caetano.
207 Classificou a declaração do conselheiro como desastrosa, ao imputar a outro conselheiro que está

208 “fazendo picuinha”. Declarando ter ficado “assustado” ao tomar conhecimento deste documento, e ao
209 questionar os conselheiros durante uma reunião, ninguém se manifestou como que tendo
210 conhecimento. Todos disseram que não conheciam. Argumentou estar na gravação da reunião. Em
211 resposta ao secretário, o conselheiro Gabriel Reis, afirmou que não discordou dele, argumentando que
212 ele poderia verificar na gravação da reunião, que se deve verificar e apurar as situações, declarou
213 estar no último mandato e decepcionado com o que observou no comitê, neste período. Que quando
214 em sua fala, ele afirmou que “nós todos estamos de picuinha” se referindo a todos do comitê, visto que
215 qualquer coisa atrapalha a reunião, que devido a isso, essas distrações, o comitê acaba não
216 desenvolvendo os trabalhos. Que a plenária deve sim apurar os fatos, destacando que concordou com
217 o secretário, mas que no período que o conselheiro tem estado no comitê, tem observado “picuinhas
218 todo dia” com coisas que atrapalham a reunião. Então propôs que estes assuntos devem ser tratados
219 e apurados, mas que o comitê dê prosseguimento ao trabalho e não ficar discutindo as mesmas coisas.
220 O conselheiro Winston Caetano, pedindo a palavra, mais uma vez se colocou à disposição para
221 esclarecimentos, afirmando que a plenária é soberana para votar a questão. O presidente do comitê,
222 Ednard, declarou que não é o momento para a discussão sem subsidio e sem ampla defesa,
223 destacando acreditar que deve ser feito um processo administrativo simples, com objeto de apurar se
224 os serviços foram prestados, em seguida o assunto voltaria a plenária para ser discutido, mas já com
225 um relatório para a apreciação de todos, declarou não saber se isso era pertinente ou não, e em
226 seguida solicitou apoio de representante do IGAM, haja visto que não foram apresentados documentos
227 para fundamentar a questão. A conselheira Maria de Lourdes Amaral Nascimento, destacou o fato de
228 não haver documentação para discussão e que o fato não está em pauta. Que se for para colocar o
229 assunto em discussão, que se deve encaminhar aos conselheiros a documentação para ser analisado
230 por todos e assim debatido e votado. Destacou ainda que, independente de quaisquer outras coisas,
231 que não foi “este documento” que habilitou a entidade no CBH São Francisco. Acrescentou concordar
232 com o que foi dito pelo conselheiro Gabriel Reis, que o comitê deve seguir em frente com os assuntos
233 e focar nos temas que trazem efetividade para o CBH. O conselheiro Guilherme Oliveira pediu a palavra,
234 destacou seu entendimento referente a discussão e sugeriu que: o presidente ou o secretário,
235 pautassem na próxima reunião, ou em uma futura reunião, esclarecimentos no intuito de que todos
236 tivessem esclarecimentos e pudessem votar procedente ao cancelamento ou a se manter o referido
237 atestado. O conselheiro Fernando Silva de Paula pediu a palavra, declarou concordar com o
238 conselheiro Guilherme, destacando que o cenário naquele momento não favorecia o comitê; sendo
239 assim o comitê necessitava de suporte. Arguiu que não saber em que o Regimento Interno
240 desfavorecia na emissão do referido atestado, o que qual declarou só tomou conhecimento nesta
241 reunião, e se declarou testemunha da participação do senhor Rogério nas tratativas, embora sem saber
242 se haviam objetivos futuros, ou quais seriam suas intenções. Entretanto, ele destacou, naquele
243 momento aquela ação se mostrou necessária e importante para a administração do comitê. Sendo
244 assim, demonstrou que a questão deve ser melhor esclarecida para que todos tenham conhecimento
245 se o presidente ou algum membro da diretoria pode ou não emitir um documento de tal natureza,
246 demonstrando também que seria estranho do presidente, no caso e à época, o Winston Caetano, fazer
247 um atestado em seu nome. O conselheiro Marcelo Alexandre Rodrigues de Matos, pediu a palavra e
248 sugeriu ao presidente que criasse uma comissão para avaliar o caso e apresentar em plenária um
249 relatório a respeito do tema. O conselheiro Marcos Eugênio Sampaio Rodrigues manifestou sua
250 opinião, destacando que o atestado indica que foi feito um processo de assessoria técnica, que esse
251 tipo de serviço requer certos procedimentos. Declarou se lembrar que à época o Winston realmente
252 precisava de ajudar, mas que emitir um atestado como “consultoria técnica”, que isso precisa ser
253 melhor avaliado. Que realmente o Rogerio Sepulveda pode ter ajudado, mas que talvez não tenha
254 prestado serviço de consultoria, que isso deve ser apurado. Anuiu não acreditar em má intenção por
255 parte do Winston Caetano, mas que essas coisas não devem acontecer, reforçou haver procedimentos
256 para isso e que, mesmo não havendo má intenção na elaboração de um documento, que esse
257 documento pode ser utilizado e “papel aceita tudo”. A conselheira Maria de Lourdes destacou a
258 importância de os pontos de deliberação estarem claros para ampla representatividade e que a
259 instituição apresentou vários atestados, que mesmo que o referido atestado fosse anulado, que este

260 não anularia a candidatura da instituição ao CBH do Rio São Francisco. O conselheiro Winston
261 Caetano reiterou sua disponibilidade a esclarecer os fatos, propondo a votação sobre a validação do
262 referido atestado, dizendo: *“Em relação ao primeiro pedido do conselheiro Heleno Maia, se isso o*
263 *satisfaz, pode anular o atestado. Isso não vai fazer diferença pra mim, nem para o CBH Paraopeba,*
264 *nem para Instituição Pé de Urucum e nem para o meu amigo Rogério Sepúlveda. Isso também fica*
265 *claro, se caso quiserem, dar encerramento nisso, neste momento. Agora se este comitê achar por*
266 *bem, acho que isso pode ser colocado sim, junto com a plenária, se achar por bem que deve continuar,*
267 *em relação ao que eu fiz, eu já coloquei em relação atribuições do presidente, eu me senti no direito*
268 *de fazer aquilo, então eu não acredito que isso vai trazer qualquer dificuldade pra mim, a não ser esse*
269 *desgaste de todo esse tempo aqui nessa reunião, discutindo isso...”*, em seguida, pediu licença para
270 se retirar da reunião, justificando ser por motivos de trabalho. O secretário Heleno Maia, questionou a
271 conselheira Maria de Lourdes, se o referido documento está juntado ou não no processo eleitoral em
272 favor desta entidade, solicitando que as falas do conselheiro Winston Caetano, fosse colocada na
273 íntegra, bem como o momento em que o referido conselheiro afirma: *“meu amigo Rogério Sepúlveda.”*
274 Que isso contasse em ata. E quanto a representando IGAM, que responda ao questionamento feito. A
275 conselheira Maria de Lourdes, em resposta ao secretário Heleno Maia, reafirmou que não foi o referido
276 atestado que habilitou a instituição, que foram enviados vários outros documentos. A habilitação da
277 instituição não se deu apenas por este atestado. Saliou ainda que mesmo que o documento seja
278 inabilitado, este não anula a candidatura da entidade, pois foram enviados vários outros documentos.
279 A conselheira ainda destacou que está reafirmando que o documento não inabilita a entidade, para
280 deixar claro que a entidade apresentou outros documentos. O presidente Ednard, encerrou o debate,
281 expondo que o conselheiro Winston Caetano já havia se colocado à disposição para esclarecimentos,
282 até mesmo se propondo a apresentar, em um outro momento, a documentação que comprova,
283 destacando que em cerca de 30 dias haveria uma nova reunião do CBH, que o Winston poderia, de
284 forma organizada, apresentar documentos e comprovações, para se elaborar um relatório, três ou
285 quatro conselheiros, um de cada segmento para avaliar a questão e emitir um parecer em que se
286 comprova ou não a prestação deste serviço, e apresentar a plenária um relatório final, com o qual os
287 conselheiros poderão avaliar e tomar uma eventual decisão sobre a anulação ou não do ato
288 administrativo, destacando que o ato é público e que isso poderia dar segurança até para o conselheiro
289 Winston, quanto ao atos que este teve enquanto era presidente do CBH. O conselheiro Winston
290 Caetano pediu a palavra, questionado se poderia ser colocado a votação da questão diante da
291 relevância, para que se desse continuidade ou por encerrado o assunto. O presidente Ednard,
292 esclareceu lendo itens de pauta, que não era algo que estava proposto para esta reunião, sugerindo
293 um apontamento do assunto para a próxima reunião, já que para esta reunião foi posto neste item de
294 pauta a apresentação e esclarecimento do conselheiro Winston Caetano, e não é de seu entendimento
295 que uma votação não se enquadra neste item de pauta, diante do que foi colocado na convocação.
296 Em seguida propôs *“voltarmos na próxima reunião, com uma sugestão de encaminhamento, para tratar*
297 *esse assunto na esfera que ele deve ser tratado, e continua os trabalhos do comitê; e quando na esfera*
298 *se chegar a uma conclusão, faz-se um relatório e o relatório é apresentado em plenária para eventual*
299 *decisão final.”* O conselheiro Winston se manifestou dizendo que nesse caso, como citado e convocado
300 a comparecer, e que como conselheiro não pude solicitar a opinião da plenária, se o assunto continua
301 ou não, inclusive já concordando com a anulação desse atestado, feito por mim, em apoio a
302 presidência, destacou em sua fala não poder solicitar a opinião da plenária sobre o assunto, que em
303 seu entendimento é de muito pouca relevância ao comitê nesse momento. O conselheiro Marcos
304 Sampaio, se manifestou dizendo que como o próprio Winston, já havia se manifestado propondo o
305 cancelamento deste documento, que o referido atestado fosse então cancelado para se encerrar com
306 essas discussões. Diante dos fatos, o presidente solicitou apoio a representante do IGAM, acerca da
307 questão de se colocar o tema em votação. A conselheira Maria de Lourdes declarou que, o certo seria
308 estar escrito em pauta de reunião para garantir representatividade para a plenária; destacando que a
309 plenária é soberana, conforme foi dito pelos conselheiros Heleno Maia e Winston Caetano, só
310 reforçando que as pautas devem estar mais claras para que as reuniões tenham maior efetividade.
311 Propôs que fosse votada a anulação do atestado, em virtude de o conselheiro Winston Caetano já ter

312 demonstrado ser favorável a isso, e posteriormente encaminhar ofício ao CBH São Francisco
313 informando acerca da anulação deste documento. Salientando ainda que não entendia ser algo viável
314 a criação de um grupo para tratar o tema, por ser algo irrelevante e que seria desperdício de tempo. O
315 conselheiro Marcos Sampaio declarou concordar com o proposto, anular o documento. O presidente
316 Ednard, explanou sua opinião acerca da questão, demonstrando sua preocupação em fazer as coisas
317 da forma como fora proposto. Se está sendo anulado, por qual motivo está sendo anulado? A
318 conselheira Maria de Lourdes, então manifestou uma justificativa, dizendo “por que não foi aprovado
319 pela plenária.” Então, o conselheiro Fernando, da ARSAE-MG, entrevistou questionado a conselheira
320 Maria de Lourdes, se havia essa necessidade. O conselheiro afirmou ter entendido o que o presidente
321 quis dizer, que havendo motivos, que deveria ser cancelado, mas se não houvesse motivos, por que
322 se está cancelando então. A conselheira Maria de Lourdes declarou ser melhor do que todo o processo
323 de se fazer sindicância, se montar um grupo, que todo esse esforço é muito grande para um assunto
324 de pouca relevância como este. O conselheiro Sergio Leal, de posse da palavra, afirmou concordar
325 com o Ednard, que se ele estivesse no lugar do Rogério, estaria muito bravo, pois o serviço foi
326 efetuado, que se o serviço que está no atestado foi todo feito, que “aí já são outros quinhentos”, que
327 acha que o assunto é irrelevante, mas, uma vez que ele foi pautado, ele tem de ser discutido. E que
328 se o encaminhamento é chato, trabalhoso. Que se tenha paciência. Declarou que, para se anular o
329 atestado, tem de se ter motivo para isto. O conselheiro Jose Antônio, então, propôs que o conselheiro
330 Winston Caetano esclareça com mais detalhes, apresentando um relatório, e mais provas que ele
331 possa apresentar, e a plenária discute na próxima reunião, com mais clareza, ouvindo também, se
332 possível uma opinião jurídica, embasando se o presidente do CBH pode ou não proceder da forma
333 como ele procedeu. O presidente, diante disso, iniciou o encaminhamento, em que cada conselheiro
334 apresentaria o seu voto de forma nominal, para que fosse decidido se a anulação do documento fosse
335 votada ou se o conselheiro Winston Caetano apresentaria a documentação na próxima reunião, para
336 apreciação de todos os conselheiros e melhor entendimento do tema. Neste momento, o conselheiro
337 Winston Caetano pediu a palavra, voltando atrás em seu posicionamento, quanto a anulação,
338 solicitando que tivesse oportunidade de defesa e que a entidade Pé de Urucum, bem como o seu
339 representante, no caso, o senhor Rogério Sepulvida, fosse convocado também, para esclarecimento
340 dos fatos. Após o posicionamento do conselheiro Winston Caetano, a conselheira Maria de Lourdes
341 apontou uma fala do conselheiro José Antônio, para que tal assunto fosse encaminhado para a próxima
342 reunião por não ter uma pauta sobre o assunto para deliberação. Sendo assim a deliberação sobre
343 esclarecimentos e anulação serão pautados para a reunião ordinária, que ocorrerá em 20 outubro de
344 2021, no qual será convocada a entidade Pé de Urucum para apresentar sua defesa. O conselheiro
345 Winston Caetano, agradeceu a conselheira, e afirmou que iria solicitar esse encaminhamento por meio
346 de ofício, declarou ter documentos do IGAM, destacando quando anulou um dos trabalhos, o qual ele
347 atestou em apoio a presidência. Mencionou um parecer acerca da validade do GT de recursos hídricos,
348 que o conselheiro à época presidente optou por não fazer visto o cenário e o que estava acontecendo;
349 e sendo assim manifestou mais uma vez, se colocando à disposição até para encaminhar ao senhor
350 Rogério Sepulvida. O conselheiro Guilherme Oliveira pediu a palavra, solicitando que o comitê, por
351 meio da conselheira Maria de Lourdes, solicitasse apoio jurídico do IGAM, que esclarecesse sobre
352 esse tipo de ato deliberativo por meio da presidência, para alguém do jurídico pudesse esclarecer se
353 a pessoa do presidente pode ou não emitir um atestado dessa natureza por decisão própria, ou não.
354 Em seguida o presidente questionou se algum conselheiro teria algum assunto a ser tratado a título de
355 assuntos gerais. A conselheira Maria de Lourdes levantou a questão da importância da elaboração do
356 enquadramento dos corpos d’água, que está sendo feito revisado pelo IGAM, destacando que houve
357 baixa participação do comitê para se debater a questão. Ademais destacou que três conselheiros
358 participam do GAT, foi solicitado por e-mail que indicassem mais três conselheiros para as vagas de
359 suplentes, por ser algo importante. Que na última reunião houve a participação de apenas um
360 conselheiro e reiterou o envio de um e-mail convidando os conselheiros que tivessem interesse em
361 participar. Reiterou também que, para atualizar a plenária acerca do processo de enquadramento, que
362 antes de se agendar reunião, comunicar para que possa ser contatada a empresa que fará os
363 esclarecimentos e as apresentações. O presidente aproveitou a oportunidade para ponderar a

364 mobilização que estava sendo feita para a criação e implantação do GT Cobrança, solicitando aos
365 membros do segmento Poder Público Estadual, que se manifestassem na medida em que estava
366 faltando conselheiros deste segmento para a composição do grupo. O conselheiro Sergio Leal levantou
367 o fato de estar precisando ser substituído nas reuniões da APA SUL, devido ao fato de não estar
368 podendo comparecer às reuniões. Sendo assim, solicitou que se alguns conselheiros tiver o interesse
369 em participar dessa comissão, que se manifestasse. Em seguida, manifestou sua opinião,
370 questionando se o GT Cobrança não poderia começar os trabalhos, haja visto a importância do assunto
371 e que seria o amadurecimento do comitê ter a cobrança, comparando não ter cobrança a adolescência
372 e ter cobrança a fase adulta. O presidente Ednard, acerca do GT Cobrança, esclareceu que como o
373 prazo para manifestação ainda estava aberto, e que faltavam ainda três vagas no segmento do Poder
374 Público Estadual, que estaria mobilizando junto ao auxiliar administrativo, para que tivesse ao menos
375 dois titulares deste segmento na composição do GT Cobrança. Quando a questão da APA SUL,
376 respondeu dizendo que providenciará a substituição em atendimento a solicitação do conselheiro. Por
377 meio do chat, o conselheiro Fernando, da ARSAE, declarou fazerem suas as palavras do conselheiro
378 Sérgio, no que tange ao conselho da APA SUL. Através do chat, a conselheira Simone Botrell se
379 candidatou ao conselho da APA SUL. O presidente Ednard respondeu dizendo que providenciará a
380 substituição em atendimento a solicitação do conselheiro. Não havendo mais nada a ser tratado a
381 reunião foi encerrada pelo presidente, que agradeceu a presença e a participação de todos. Esta ata
382 foi lavrada por mim Heleno Maia Santos Marques do Nascimento, Secretário do Comitê da Bacia
383 Hidrográfica do Rio Paraopeba que após ser enviada para os conselheiros será aprovada na reunião
384 seguinte. Betim, 22 de setembro de 2021.



Secretário
Heleno Maia Santos Marques do Nascimento

Presidente
Ednard Barbosa de Almeida Presidente

385
386
387
388
389
390
391
392
393
394
395
396
397
398
399
400
401
402